



7.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas

07.05.2015

PAOD

Declaração Política

Como não é demais realçar, a situação social, económica, financeira e política do País registou um significativo agravamento nos últimos anos.

O agravamento da situação social espelha-se no brutal aumento do risco de pobreza, do desemprego, da precariedade no emprego e noutros índices que nos mostram um País que percorre uma trajetória de declínio.

Como é igualmente conhecido, a economia portuguesa mantém as debilidades que a caracterizavam e revela um crescimento anémico que, confrontado com outros países, mais não significa do que um retrocesso.

A dívida pública continua a crescer, o que vem demonstrar à evidência a sua insustentabilidade, dando razão aos que, como nós, há muito apontam a exigência da sua renegociação.

Do ponto de vista político, os últimos tempos caracterizam-se por uma tentativa de subversão do regime democrático, de que são sinais evidentes os confrontos com o Tribunal Constitucional, os ataques ao Poder Local Democrático e o conjunto de medidas que visam a aceleração de transferência de rendimentos do fator trabalho para o grande capital transnacional.

Acresce a tudo isto o profundo desrespeito pela Soberania Nacional.

Este quadro que tentámos resumidamente caracterizar é, para nós, motivo de crescente preocupação e merece a melhor atenção de todos.

É neste quadro que somos todos os dias “bombardeados” com notícias e dissertações de que a situação económica e social do País está melhor. Dizem que estamos a sair da crise, que a economia está a crescer, que há menos desemprego, etc., etc... Quem escute tal retórica eleitoralista e esteja distraído ou fora das realidades, até pensará que Portugal está a vencer as dificuldades.

Confrontemos pois a propaganda com a realidade através de alguns números:

Desemprego – Os dados oficiais de Fevereiro último apontam para os 14,1%, mas o desemprego real e a subocupação atingem mais de 1 milhão e 200 mil portugueses;

Rua Guilherme Gomes Fernandes, nº 79 2675 - 372 Odivelas Tel. 21 931 41 53 * Fax

21 404 70 17

cdu@cdu-odivelas.org

Trabalho • Honestidade • Competência

PCP-PEV



Entre os jovens o desemprego passou de 20,9% em 2009, para 34,8% em 2014, estando atualmente na ordem dos 35% - razão primeira da emigração massiva dos jovens trabalhadores;

O desemprego de longa duração passou de 46,5% em 2009 para 65,5% em 2014, o que equivale a dizer que cerca de 2/3 dos desempregados estão nessa situação há mais de um ano.

Emprego – cada vez mais precário e mais mal pago. A flexibilização das leis laborais são sinónimo de uma total desregulação de horários, de direitos e de condições de trabalho, assistindo-se à redução massiva dos rendimentos do trabalho, não só através dos cortes salariais e da inexistência de progressões profissionais, mas também pelo aumento do horário semanal de trabalho na Administração Pública e pela redução dos dias de férias e feriados.

Impostos – aumento brutal do IRS, enquanto o IRC baixa para as grandes empresas. Os lucros dos grupos económicos atingem valores elevadíssimos, nunca antes vistos.

Empobrecimento – a pobreza está a atingir 11% da população empregada e 40,5% dos desempregados.

Em contraponto com esta dura realidade, na **Banca** são enterrados milhares de milhões de euros nos buracos e negócios fraudulentos do BPP, BANIF, BPN, BES e são garantidos mais uns milhares de milhões em benefícios fiscais.

Setor empresarial do Estado – vende-se ao desbarato o património público aos grandes interesses económicos estrangeiros como o foram as recentes operações na EDP, REN, ANA, CTT, GALP e os negócios do ramo segurador e da saúde da CGD. Pior ainda, utilizam-se esses 9,2 mil milhões de euros, que terão valido essas privatizações, para garantir o pagamento de juros da dívida.

Este é sem dúvida um retrato mais real!

Este é o estado em que o PS e o governo PSD/CDS colocaram o País, numa obediência cega ao capital nacional e estrangeiro. Agora, numa fúria privatizadora, o Governo prepara-se para concretizar a alienação da TAP, CP CARGA, EMEF, CARRIS, STCP e METRO, entre outras.

A aprovação pelo Governo PSD/CDS-PP dos chamados Programas “Nacional de Reformas e de Estabilidade” e a apresentação pelo PS do cenário programático “*Uma década para Portugal*”, revelam por si o seu propósito de manterem o rumo de exploração, empobrecimento e declínio imposto ao País pela política de direita.

Da parte do Governo, é demonstrado de forma inequívoca que Portugal não recuperou a sua soberania nem deixou de estar sob o “protetorado”, mantendo a submissão do nosso País às exigências da União Europeia e ao processo de aprofundamento de integração capitalista. Disseram que as medidas, que designam como de austeridade, eram temporárias, mas o que se pretendia, como o PCP e a CDU alertaram, era a imposição e consolidação de um novo e mais elaborado patamar de exploração, de roubo aos rendimentos e de ataque aos

direitos e condições de vida, acentuando a crescente desigualdade na distribuição da riqueza e assegurando o processo de concentração e centralização de capital.

Estas opções do PSD e CDS não são distintas daquelas que o PS veio a reafirmar com o conjunto de medidas divulgadas com a apresentação do cenário programático “Uma década para Portugal” onde, para além de ignorar as causas e responsabilidades sobre a atual crise, anuncia a intenção de prosseguir a mesma política que conduziu o País à atual situação de desastre e declínio.

Tal como o Governo PSD/CDS, o PS quer manter o confisco dos salários dos trabalhadores da Administração Pública no próximo ano; quer manter, no essencial, a brutal carga fiscal que incide sobre os rendimentos dos trabalhadores; quer manter as medidas mais gravosas do Código do Trabalho; quer manter em sede de IRC os instrumentos que permitem aos grupos económicos e financeiros realizar um “planeamento fiscal” para facilitar a fuga aos impostos do grande capital; propõe-se manter e prosseguir a política de privatizações (batizando-as de concessões); admite o congelamento de salários na Administração Pública e das pensões de reforma até 2019; perspectiva uma perda, que pode atingir os 6 %, no valor das remunerações de trabalho em termos reais entre 2016 e 2019. Enfim, o PS não só não rompe com a política de desastre nacional como se propõe mantê-la, com este ou aquele acerto quanto ao ritmo e ao modo de a concretizar.

É tempo de dizer basta! A toda esta política de direita, que vende a retalho e ao desbarato todo um País.

É tempo de os portugueses, perante a estratégia comum de exploração, empobrecimento e declínio nacional que continua a unir PS, PSD e CDS, mais se reforça a inadiável necessidade de romper com a política de direita. Está nas mãos dos trabalhadores e do povo dar força à exigência de uma política que lhes devolva os seus direitos, que promova a melhoria das suas condições de vida e lhe garanta a afirmação do seu direito soberano de decidir de acordo com os seus interesses e aspirações.

Afirmando as soluções para o País, o PCP e a CDU continuarão a intervir, não só para denunciar toda a propaganda e mentiras que se avolumam à medida que nos aproximamos das eleições legislativas, mas também para afirmar a necessidade imperiosa de uma política alternativa, patriótica e de esquerda e de um governo que a concretize.

Odivelas, 7 de Maio de 2015

Os eleitos da CDU na
Assembleia Municipal de Odivelas